

PRE recebe cidadãos em audiência pública sobre eleições 2016

Procuradores eleitorais também reuniram jornalistas em workshop

A PRE/RJ reuniu cerca de 60 cidadãos, no início de julho, para debater sobre as eleições de 2016, respondendo dúvidas e ouvindo sugestões. Durante o evento, foram abordadas a minirreforma eleitoral feita em 2015, a atuação conjunta com a promotoria eleitoral no pleito municipal e o trabalho promovido pelo Genafe, grupo de articulação entre os procuradores da função eleitoral.

Na abertura da audiência pública, o procurador regional eleitoral Sidney Madruga explicou a atuação da PRE



Ana Paula Mantovani, Marcello Rubioli, Sidney Madruga e Maurício Ribeiro

durante as eleições municipais, que atua em parceria com os promotores eleitorais, integrantes do quadro do Ministério Público Estadual, formando a estrutura mista do Ministério



Audiência recebeu cerca de 60 cidadãos

Público Eleitoral (MPE). “Cabe aos procuradores eleitorais a coordenação do trabalho desenvolvido e a atuação em segunda instância. Já as ações originárias, nas eleições municipais, partem da promotoria eleitoral”, esclareceu Madruga.

A procuradora regional da República Ana Paula Mantovani, coordenadora do Genafe, ressaltou a importância do trabalho de coordenação promovido pelo grupo. “A partir da uniformização e consolidação de questões relativas à função eleitoral, definimos diretrizes de atuação e fixamos prioridades aos procuradores regionais eleitorais”, explicou. Mantovani citou ainda a uniformização dos man-

dados dos PREs e o manual de atuação na área como conquistas do Genafe.

Buscando esclarecer o funcionamento das urnas eletrônicas e atestar sua segurança, o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, André Sant’Anna, apresentou a dinâmica do sistema de votação eletrônico. “Existem duas camadas de

segurança: uma física, envolvendo lacres, envelopes e agentes fiscalizadores. E outra tecnológica, com dados criptografados e programas de uso exclusivo do TSE”, explicou o secretário.

Responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral, o juiz Marcello Rubioli destacou a importância não só da atuação coordenada entre o MPE e a Justiça Eleitoral, mas também dos cidadãos. “A fiscalização eleitoral é um exercício diário de estar atento ao que está sendo feito e denunciar aquilo que suspeitamos ser irregular”, defendeu o juiz.

Workshop para imprensa

- Na manhã do mesmo dia, a PRE também reuniu cerca de 40 jornalistas para conversar sobre os tópicos que logo seriam discutidos na audiência pública. A ideia era



Jornalistas dos principais veículos do Rio participaram do workshop

subsidiar o trabalho dos jornalistas com informações sobre a legislação e a atuação eleitoral, respondendo dúvidas sobre nomenclaturas adequadas e os tipos de ações possíveis de serem propostas. Os procuradores também reforçaram o importante papel da imprensa na fiscalização eleitoral.

PRE/RJ celebra convênio de cooperação com Ouvidoria do TRE

Órgãos compartilharão demandas oriundas do público em geral

A PRE/RJ acaba de celebrar convênio de cooperação com o Tribunal Regional Eleitoral para troca de informações solicitadas pelo público em geral. A partir de agora, demandas recebidas por um órgão, mas que sejam relativas à atividade do outro, serão remetidas ao órgão responsável pela atividade.

Segundo o termo de convênio, que tem validade imediata, as solicitações recebidas pelo TRE, após serem

encaminhadas à PRE, serão encerradas no âmbito da Justiça eleitoral, cabendo à Procuradoria fazer os esclarecimentos necessários.

“É o primeiro convênio firmado pela PRE/RJ com outro órgão público. Em breve, firmaremos outros, pois isso em muito facilitará a nossa atuação e a dos promotores eleitorais”, analisa o procurador regional eleitoral Sidney Madruga.

PRE participa de laboratório para capacitar promotores eleitorais***SisConta foi apresentado aos membros que atuarão no registro de campanha***

Buscando promover a integração entre a promotoria eleitoral e a PRE/RJ, os procuradores regionais eleitorais Sidney Madruga (titular) e Maurício Ribeiro (substituto) participaram do laboratório promovido pelo CAO Eleitoral para capacitar os promotores que atuarão nas eleições deste ano. Entre os temas debatidos, estavam os registros de candidatura e os abusos de poder político e econômico.

Durante o evento, Sidney Madruga tratou de algumas das hipóteses de inelegibilidade presentes na Lei Complementar 64/1990 e a necessidade de cumprimento da cota de gênero pelos partidos no momento do registro. O procurador defendeu ainda a plena capacidade eleitoral ativa e passiva das pessoas com deficiência mental ou física.

Já Maurício Ribeiro abordou os abusos de poder



Miriam Lahtermaher, Gabriela Serra, Sidney Madruga e Maurício Ribeiro

político e econômico. De acordo com Ribeiro, é importante que as AIJEs sejam instruídas com o maior número possível de provas, formando um conjunto probatório robusto, capaz de demonstrar a gravidade dos fatos denunciados.

No laboratório também foi apresentado o SisConta eleitoral, sistema desenvolvido pela Procuradoria Geral da República e que este ano estará disponível também aos membros do Ministério Público Estadual. A ferramenta reúne dados de pessoas condenadas com base em informações de dezenas de órgãos ligados à administração pública em todo o país.

Também fizeram parte da mesa a coordenadora e a subcoordenadora do CAO Eleitoral, as promotoras de Justiça Gabriela Serra e Miriam Lahtermaher.

Balanço eleitoral do 1º semestre: PRE/RJ propôs 20 ações contra partidos***PMDB foi a legenda mais representada por propaganda partidária irregular***

A PRE/RJ acaba de concluir balanço de representações feitas contra partidos por irregularidades na propaganda eleitoral partidária no primeiro semestre deste ano. No total, 20 representações contra 17 partidos foram protocoladas perante o TRE/RJ: 11 por descumprimento da cota feminina e nove por desvirtuamento da propaganda partidária.

Com o maior número de procedimentos, o PMDB foi representado três vezes: duas por promoção pessoal do

prefeito Eduardo Paes, o que é vetado pela legislação eleitoral, e outra por não respeitar a cota de incentivo à participação de mulheres na política. Logo depois vem o PV, com uma representação por cada uma das irregularidades.

Além destes, PPS, PTC, PSB, PRB, PEN, PSOL, REDE, PCdoB e PT também descumpriram a cota feminina. Já por desvirtuamento da propaganda, foram representados PSDB, PDT, PTN, PP, PSD e PROS.

Veja [aqui](#) a notícia completa

Rede é oitavo partido a descumprir cota feminina em inserções de TV

A PRE/RJ entrou com representação contra a Rede Sustentabilidade por descumprimento da cota mínima de 20% de uso do tempo de sua propaganda partidária para incentivar a participação de mulheres na política. Apenas em 2016, outros sete partidos já foram representados pela mesma irregularidade.

Segundo a ação, que tramita no TRE/RJ, a Rede teve direito a dez minutos de propaganda no primeiro semestre. Embora tenha respeitado a cota nas suas inserções de rádio, com mensagens claras de incentivo às mulheres, o mesmo não aconteceu em sua programação veiculada na TV.

Veja a matéria completa no site da PRE/RJ.

PRE/RJ quer apuração contra três pré-candidatos por propaganda antecipada

A PRE/RJ representou contra o pré-candidato à prefeitura do Rio Pedro Paulo (PMDB) por propaganda eleitoral antecipada. Além dele, Solange Amaral, pré-candidata a vereadora da capital, e Jorge Perereca, pré-candidato a vereador de São Gonçalo, também foram denunciados por cidadãos pela mesma irregularidade. Segundo as notícias remetidas pelo procurador regional eleitoral Sidney Madruga à Promotoria Eleitoral, responsável pela apuração, Pedro Paulo publicou em seu perfil pessoal no Facebook fotos das escolas da “Arena do Futuro”, projeto da Prefeitura do Rio, junto ao slogan “Legado Olímpico”.

Veja a matéria completa no site da PRE/RJ.

PRE/RJ pede reforço de segurança das Forças Armadas durante as eleições

Procuradoria também requisitou à PF que investigue homicídios de pré-candidatos

Diante das suspeitas de homicídio de dez pré-candidatos na Baixada Fluminense e da crescente influência de milícias em comunidades do estado, a PRE/RJ quer a permanência das Forças Armadas na cidade para garantir a segurança de eleitores e candidatos durante as eleições deste ano. Em ofício, A PRE solicitou à Procuradoria-Geral da República que interceda perante o Ministério da Defesa para que as tropas permaneçam na cidade até 48 horas depois da votação.

A PRE também requereu à Superintendência Regional da Polícia Federal que instaure inquérito para apurar os casos de homicídio contra dez pré-candidatos no estado do Rio de

Janeiro. Isso porque, se confirmadas as suspeitas de que os assassinatos têm ligação com crimes eleitorais, passaria a ser da PF a atribuição para conduzir as investigações.

No documento enviado à PGR, o procurador regional eleitoral Sidney Madruga destacou a situação de calamidade pública decretada pelo Governo do Rio de Janeiro e sua consequência na política de segurança pública. Cita ainda que, segundo levantamento feito pela Assembleia Legislativa, as milícias ocupam um total de 170 regiões em todo o Estado. “O aumento dos índices de criminalidade tem gerado um clima de extrema insegurança e temor na população fluminense”, analisa Madruga.



PRE/RJ quer apurar uso eleitoral de telefonemas da Prefeitura do Rio

Paes é alvo de representação por suspeita de propaganda para favorecer aliados

A PRE/RJ requereu à Promotoria Eleitoral na capital que instaure uma investigação de possível uso eleitoral de telefonemas da Prefeitura do Rio para convidar cidadãos para inaugurações de obras, como o Túnel Prefeito Marcello Alencar, aberto em 19 de junho. A iniciativa resultou de 12 denúncias de cidadãos à PRE, que encami-



nhou as notícias aos promotores eleitorais, responsáveis por essa apuração nestas eleições.

A suspeita do procurador regional eleitoral Sidney Madruga é que a conduta represente propaganda eleitoral institucional para favorecer aliados de Eduardo Paes, já que a legislação veda a vinculação de obras realizadas pelo executivo com a figura de políticos.

PRE/RJ denuncia prefeito de Arraial (RJ) por trocar votos por laqueadura



A PRE/RJ denunciou o prefeito de Arraial do Cabo (RJ), Wanderson Cardoso de Brito (PMDB), e mais quatro médicos por corrupção eleitoral e esterilização ilícita. Eles são acusados de oferecer laqueaduras a mulheres em troca de votos nas eleições de 2012. Além da compra de votos, também são suspeitos de realizarem os procedimentos sem observar os protocolos necessários, pondo em risco a vida das pacientes.

Segundo depoimentos, os acusados realizavam cirurgia de cesariana e laqueadura tubária em mulheres carentes mediante pedido direto ou velado de votos, o que é considerado crime pela legislação. Os procedimentos eram feitos de forma arriscada, sem a presença de um pediatra, de um cirurgião auxiliar e sem a prévia comunicação ao hospital sobre a operação.

Veja a matéria completa no site da PRE/RJ.

PRE/RJ recorre ao TSE para condenar Marcos e Filipe Soares (PR)

A PRE/RJ quer condenar o deputado federal Marcos Soares (PR), o deputado estadual Filipe Soares (PR) e mais três pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus (Ongrace) por abuso de poder econômico pela utilização de templos religiosos em Duque de Caxias (RJ) durante a campanha em 2014.

O recurso ao TSE pede a cassação dos mandatos dos deputados e a inelegibilidade por oito anos. Segundo a PRE, a equipe de fiscalização eleitoral encontrou materiais com referências aos candidatos em três endereços da igreja. Em uma delas, havia cerca de cinco mil panfletos com imagens dos então candidatos e do missionário R. R. Soares, pai de Marcos e Filipe e um dos fundadores da Ongrace.

Veja a matéria completa no site da PRE/RJ.

